

Boletim



REDE JUBILEU SUL BRASIL

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 17 – 21 de setembro de 2007



Vejam neste Número

Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana

Governo do Equador institui auditoria oficial da Dívida, com participação social (pág 5)

Seminário Internacional: Auditoria da Dívida e a Criação do Banco do Sul

Dia 6 de julho de 2007, em Curitiba, a Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil promoveu Seminário Internacional com vistas a articular os países latino-americanos para a auditoria da dívida e para a constituição soberana de um Banco do Sul (pág 8)

Auditoria Cidadã da Dívida Coordenação

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim
Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 8147-1196
auditoriacidada@terra.com.br
www.divid-auditoriacidada.org.br

Rede Jubileu Sul Brasil
Contato: (11) 3112-1524
jubileubrasil@terra.com.br
www.jubileubrasil.org.br

Números da Dívida em 2007: crescimento assustador da dívida e o prejuízo recorde do Banco Central

Vejam quanto o país pagou de juros, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

Rede Jubileu Sul realiza eventos no Equador

Em agosto, foram realizados no Equador a Oficina “Resistência e Alternativas à Dívida Ilegítima” e o primeiro “Encontro Latino Americano e Caribenho da Aliança de Povos Credores das Dívidas Históricas, Sociais e Ecológicas” – *por Gabriel Strautman* (pág 6)

Seguridade Social: Direitos sociais básicos antes da dívida

Diante da pressão por uma nova Reforma, o presidente Lula instala o Fórum Nacional da Previdência Social – *por Pe. Bernardo Lestienne* (pág 10).

Agroenergia: Mitos e impactos

A produção extensiva de agrocombustíveis coloca em risco a própria soberania nacional, na medida em que grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas e terras no Brasil - *por Maria Luisa Mendonça e Marluce Melo* (pág 12)

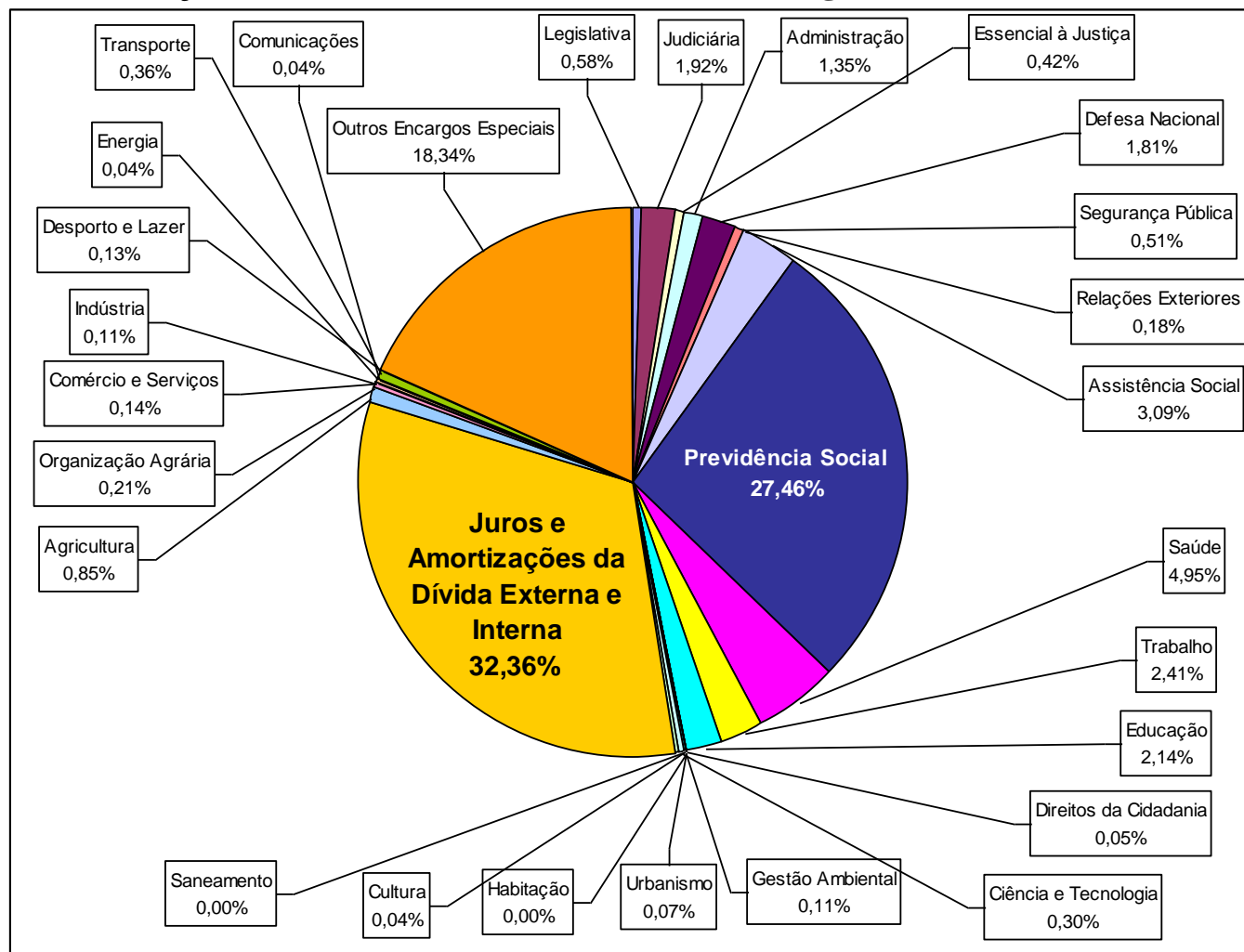
Números da Dívida em 2007

Vejam quanto o país pagou de juros em 2007, quanto as dívidas interna e externa cresceram, e quanto foi destinado às áreas sociais.

De janeiro até julho de 2007, os governos federal, estaduais e municipais geraram um superávit primário - isto é, a economia de recursos para o pagamento das dívidas externa e interna, obtida por meio de aumento de arrecadação de tributos e corte de gastos públicos - equivalente a R\$ 80 bilhões ou 5,58% do PIB (Produto Interno Bruto, ou seja, tudo que o país produziu durante estes 7 meses). Porém, este superávit não foi suficiente para pagar os juros dessas dívidas, que atingiram 6,52% do PIB no período. Isto significa que, de cada R\$ 100 de toda a riqueza produzida pelo país nestes 7 meses, R\$ 6,52 foram destinados para os juros das dívidas externa e interna.

Analisando-se a execução do orçamento federal deste ano até 20 de agosto, podemos ver a distribuição de recursos (que somaram, no total, R\$ 460 bilhões) apresentada no gráfico abaixo. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram nada menos que 32,36% dos recursos do período e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde (4,95%), educação (2,14%) e assistência social (3,09%). Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como Organização Agrária (com apenas 0,21% dos gastos), Transporte (0,36%), Ciência e Tecnologia (0,30%), Habitação e Saneamento (0,00%).

Orçamento Geral da União – 2007 – Recursos gastos até 20/08/2007



Fonte: Orçamento Geral da União – Sistema Access da Câmara dos Deputados. Não inclui o refinanciamento da dívida.

Nota: Os outros encargos especiais são formados, preponderantemente, pelas transferências a Estados e Municípios.

Nota: Os gastos com servidores ativos se distribuem pelas áreas sociais nas quais eles atuam. Os servidores inativos e pensionistas estão alocados na “Previdência Social”.

O valor correspondente ao refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de títulos que estão vencendo mediante a emissão de novos títulos (a chamada “rolagem da dívida”), não está representado no gráfico. Caso considerássemos tal refinanciamento, as despesas com a dívida chegariam a 57,5% do total! As despesas com refinanciamento devem ser consideradas, uma vez que também representam gastos do governo com a dívida e seu significativo montante demonstra como o governo está dependente do “mercado financeiro”, que mensalmente coloca o Tesouro de joelhos para rolar dezenas de bilhões de reais em títulos. Este é o principal trunfo do “Mercado” para ditar a política econômica, uma vez que, a qualquer sinal de mudança na gestão da dívida pública, os investidores podem decidir não mais emprestar dinheiro ao governo, ou aumentar os juros cobrados por estes empréstimos. Por esta razão, a dívida é retirada da pauta de discussão do governo e da grande mídia, e é apresentada como “uma questão resolvida”.

Com relação às contas externas, as exportações brasileiras continuam se prestando a pagar as remessas de juros da dívida externa e de lucros das multinacionais. De janeiro a julho, a Balança Comercial apresentou superávit de US\$ 24 bilhões, enquanto pagamos US\$ 5,5 bilhões de juros da dívida externa, R\$ 10,7 bilhões de lucros das multinacionais e US\$ 6,7 bilhões de serviços contratados do exterior. Portanto, enviamos ao exterior US\$ 23 bilhões, quase a totalidade do que o país obteve com a balança comercial. Importante ressaltar que boa parte das exportações brasileiras decorrem da sobre-exploração dos nossos recursos naturais, como a terra, água e energia, a exemplo das monoculturas de cana, soja e eucalipto, ou dos nossos minérios (ver artigo da página 12). E estas riquezas nos são saqueadas, para que possamos pagar a dívida externa e os demais compromissos com o exterior.

O crescimento assustador da dívida e o prejuízo recorde do Banco Central

Todo sacrifício social que vem sendo praticado para se atingir a meta de superávit primário não foi suficiente para impedir o crescimento explosivo da dívida interna federal em 2007. De dezembro de 2006 a julho de 2007, esta dívida cresceu de R\$ 1.153 trilhão para R\$ 1.361 trilhão, ou seja, um crescimento de nada menos que 18% em apenas 7 meses. Em valores absolutos, esta dívida cresceu R\$ 208 bilhões nos primeiros 7 meses de 2007, valor este equivalente a mais de 9 vezes todo o gasto com saúde até 20 de agosto deste ano.

No que se refere à dívida externa, ela cresceu fortemente em 2007, apesar de o governo afirmar o contrário. A Dívida Externa, que era de US\$ 199 bilhões em dezembro de 2006, cresceu nada menos que 18% apenas nos 7 primeiros meses de 2007, atingindo US\$ 235 bilhões em julho deste ano. Esse crescimento não aparece nos dados constantemente divulgados na imprensa pelo governo, uma vez que ele ocorreu na parcela “privada” da dívida externa, ou seja, aquela dívida tomada pelas empresas nacionais junto a credores externos. Porém, a dívida externa “privada” é paga pelo povo brasileiro, uma vez que cabe ao governo fornecer os dólares para os credores privados pagarem suas dívidas. Esta explosão da dívida externa ocorreu principalmente nas operações de curto prazo, isto é, operações nas quais os bancos nacionais tomam empréstimos lá fora para emprestar ao governo brasileiro, ganhando os juros mais altos do mundo da dívida interna.

Alheio a esta situação, o governo tem afirmado que a dívida não é mais problema, pelo fato do Brasil ter pago antecipadamente ao FMI, e pelo fato da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP, ou seja, a dívida bruta menos os créditos que o governo tem a receber) ter caído de 46,5% do PIB em dezembro de 2005 para 44,4% do PIB em julho de 2007. Mas como a dívida líquida pode ter se reduzido em 2% do PIB, se a dívida interna líquida subiu 8% do PIB no mesmo período? A única razão para esta queda na dívida líquida é a queda na dívida externa líquida, que caiu 10% do PIB desde o final de 2005, contrabalançando o aumento na dívida interna. Mas porque a dívida externa líquida está caindo tanto?

Esta queda na dívida externa líquida não se deve a nenhuma melhoria no trato da dívida pelo governo, muito menos devido ao questionamento da legitimidade desta dívida. Esta queda se deve principalmente ao acúmulo recente de reservas cambiais pelo país. Quando o governo calcula a dívida externa líquida, ele subtrai da dívida externa bruta as reservas em dólar que o país acumula quando exporta ou quando recebe investimentos estrangeiros. Na atual conjuntura, as reservas cambiais têm subido, devido ao aumento das

exportações (com todos os seus efeitos danosos ao meio ambiente, como visto anteriormente), e à atração de dinheiro de fora do país, que pode ganhar as maiores taxas de juros do mundo se investidos na dívida interna brasileira, e ainda usufruir de isenção de Imposto de Renda e CPMF.

Porém, é importante ressaltar que, para o país acumular estas reservas, o Banco Central (BC) deve comprar os dólares dos exportadores e investidores estrangeiros, fornecendo-lhes reais para gastarem aqui no país. E quando fornece estes reais, o Banco Central julga que está injetando dinheiro na economia, o que poderia causar inflação. Então, o BC retira de circulação quantidade equivalente de dinheiro, através da colocação de títulos da dívida interna, isto é, pegando dinheiro emprestado e aumentando a dívida interna. Ou seja: o acúmulo de reservas cambiais – e a consequente diminuição da dívida externa líquida – não significa redução da dívida, mas a troca de dívida externa por dívida interna. Por esta razão, a dívida interna líquida subiu 8% do PIB desde o final de 2005.

Esta troca de dívida externa por dívida interna é altamente danosa ao país, uma vez que os credores da dívida “interna” também podem ser estrangeiros, o que aumenta nossa vulnerabilidade externa. Também é danosa pois a dívida interna paga os maiores juros do mundo, enquanto as reservas cambiais rendem juros baixíssimos. É como se uma pessoa tomasse dinheiro emprestado no banco, pagando juros altíssimos, para aplicar na poupança, recebendo taxas muito baixas, levando o maior prejuízo e fazendo a sua dívida explodir. Parece loucura, mas é o que o governo está fazendo! Quando o governo subtrai da dívida externa as reservas cambiais (para calcular a DLSP), ele esconde esta operação que significa um verdadeiro assalto aos cofres públicos. Um agravante nisto tudo é que o governo tem aplicado estas novas reservas na compra de títulos do Tesouro Americano. Ou seja: estamos financiando o governo dos EUA a cobrir seu déficit e custear, por exemplo, a Guerra no Iraque.

Outro fator que contribuiu para a redução na dívida externa líquida foi a desvalorização do dólar, provocado pelo grande influxo de moeda estrangeira ao país, estimulada pelo governo, que oferece os maiores juros do mundo e generosas isenções fiscais. A queda na dívida líquida ocorre porque, para calcular a dívida externa líquida, o governo converte a sua dívida externa (denominada em dólares) para reais. Se o dólar se desvaloriza, uma mesma dívida em dólares passa valer menos reais. Por esta razão a dívida externa líquida vem caindo, uma vez que o dólar se desvalorizou em 16% desde o final de 2005. Porém, a dívida externa brasileira em dólares tem subido fortemente, devido à dívida “privada”, não contabilizada pelo governo.

Por outro lado, a desvalorização do dólar tem causado imenso prejuízo ao Banco Central que, ao comprar tamanha quantidade de dólares, acaba por manter em seu patrimônio uma moeda que tem seu valor reduzido. Por outro lado, ganha quem está na outra ponta da operação, vendendo os dólares ao BC: os grandes investidores, bancos e exportadores que, ao venderem seus dólares, estão, na realidade, se livrando de um “mico”, ou seja, transferindo para o BC o prejuízo que teriam caso mantivessem moeda estrangeira em seu poder.

E quem paga esta farra? Você! Devido à desvalorização do dólar e às compras de moeda estrangeira, somente no primeiro semestre de 2007 o BC apresentou um prejuízo recorde de R\$ 30,3 bilhões, que serão cobertos pelo Tesouro, ou seja, por nós. Este valor equivale a quase o dobro de tudo que o governo federal gastou no mesmo período com a saúde, que atravessa grande crise e sofre para obter o mero adiantamento de míseros R\$ 2 bilhões!

Em suma: para os especuladores, tudo! Para o social, migalhas!

Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana

Governo do Equador institui auditoria oficial da Dívida, com participação social

Depois de 6 anos lutando para que a dívida seja auditada, a Campanha “Auditoria Cidadã da Dívida” obteve sucesso, apesar de que em outro país: dia 23 de julho de 2007, o governo do Equador criou a “Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público”.

Esta Comissão conta com quatro representantes do governo equatoriano, doze representantes de organizações sociais nacionais e seis representantes de organizações internacionais, dentre estas a Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil. A Comissão buscará identificar as ilegalidades do endividamento, para então justificar o não pagamento desta dívida e a devolução dos recursos pagos indevidamente.



Membros da Comissão de Auditoria tomam posse ao lado do presidente do Equador, Rafael Correa

Foto extraída da página:

<http://www.ciudadaniainformada.com/noticias-ecuador.php?id=5618>

A auditoria também identificará os impactos perversos da dívida sobre as condições sociais e ambientais do Equador, uma vez que, assim como no Brasil, o endividamento provocou miséria, fome, desigualdades sociais e depreação ambiental.

O Decreto de criação da Comissão (disponível na íntegra na página da Auditoria

Cidadã na Internet) dispõe que ela irá “auditar os convênios, contratos, e outras formas e modalidades para a aquisição de créditos por parte do setor público do Equador, provenientes de governos, instituições do sistema financeiro multilateral ou da banca e setor privado, nacionais ou estrangeiros, desde 1976 até o ano de 2006”

É fundamental que as entidades da sociedade civil brasileira se manifestem em apoio a esta importante iniciativa do Presidente Rafael Correa, que pode se tornar uma referência a ser seguida por todos os demais países “endividados”.

Auditoria Oficial no Equador: grande exemplo para o Brasil

De janeiro até 20 de agosto de 2007, o Governo Federal do Brasil já gastou R\$ 149 bilhões em juros e amortizações das dívidas externa e interna, enquanto apenas gastou R\$ 23 bilhões com saúde, R\$ 10 bilhões com educação e menos de R\$ 1 bilhão com Reforma Agrária. Apesar disto, as dívidas interna e externa continuam explodindo.

O caos na saúde, a falta de reforma agrária, a privatização dos direitos sociais básicos são apenas exemplos de como a dívida compromete os direitos humanos no país. Porém, ao invés de auditar esta questionável dívida, o governo brasileiro prefere continuar pagando religiosamente seus juros e amortizações.

Auditando sua dívida, o Equador, um país muito menor que o Brasil, demonstra coragem e força muito superior à do governo brasileiro, ao ousar desafiar o capital internacional, ao invés de se manter submisso às imposições dos emprestadores.

Íntegra do Decreto Presidencial de criação da Comissão de Auditoria se encontra disponível na página www.divida-auditoriacidada.org.br

Rede Jubileu Sul realiza eventos no Equador

Em agosto, foram realizados no Equador a Oficina “Resistência e Alternativas à Dívida Ilegítima” e o primeiro “Encontro Latino Americano e Caribenho da Aliança de Povos Credores das Dívidas Históricas, Sociais e Ecológicas”

Por Gabriel Strautman

Representantes de movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil da América Latina e do Caribe reuniram-se em Quito, capital do Equador, durante o último mês de Agosto, para dois importantes eventos relacionados ao tema da ilegitimidade da dívida: a oficina “Resistência e Alternativas à Dívida Ilegítima” organizada pela Rede Jubileu Sul Américas e o primeiro “Encontro Latino Americano e Caribenho da Aliança de Povos Credores das Dívidas Históricas, Sociais e Ecológicas”. O clima de esperança que vive o Equador, desde que o governo do Presidente Rafael Correa instalou a Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público, foi o principal combustível para os trabalhos. Essa medida, que reflete a determinação do Presidente Correa em criar bases soberanas para o desenvolvimento econômico e social do seu país, tem como alvo a determinação da ilegitimidade da dívida pública tanto pelos aspectos legais e financeiros, como também pela demonstração dos impactos econômicos, sociais e ecológicos relacionados ao alto grau de endividamento do Equador.

Organizada nos moldes de um grupo de trabalho, a oficina “Resistência e Alternativas à Dívida Ilegítima” teve como ponto de partida as apresentações realizadas pelos participantes de estudos de casos que revelaram a maneira pela qual em cada lugar se entende a dívida como ilegítima e as metodologias utilizadas em cada caso para demonstrar o conceito de ilegitimidade. Foi possível evidenciar o papel semelhante desempenhado pela dívida nos diferentes países, qual seja, o de instrumento de pressão política para a imposição de políticas econômicas liberalizantes, como programas de privatização de bens e serviços públicos, negociações de acordos e tratados de livre comércio, a execução dos chamados grandes projetos de desenvolvimento, entre outros. Nesse contexto, os aspectos da ilegitimidade associados ao modelo hegemônico de desenvolvimento derivam da contradição evidenciada pela comparação entre a apropriação privada dos benefícios gerados por estas políticas e a

socialização dos custos e dos impactos sócio-ambientais causada pelas mesmas. A experiência brasileira da Auditoria Cidadã, que possui um grande acúmulo de trabalho e de desenvolvimento de metodologia de análise de documentos oficiais de endividamento – como Cartas de Intenção assinadas pelo governo brasileiro, contratos de empréstimo, etc. – foi apresentada durante a oficina.

A partir do avanço nas discussões sobre critérios e metodologias para demonstração da ilegitimidade da dívida foi possível avançar também na discussão sobre o desenvolvimento de indicadores que ajudarão a revelar a dívida como instrumento de opressão e de saque aos povos do sul. Nesse sentido, a avaliação foi de que o trabalho realizado durante a oficina permitiu trazer para uma escala mais prática a discussão sobre o conceito de dívida ilegítima, o que se faz necessário tendo em vista a urgência imposta pelas necessidades da comissão de auditoria equatoriana, que, aliás, foi o foco da maior parte dos debates realizados durante a oficina. Entre os principais obstáculos enfrentados pelo processo equatoriano, destacam-se os relacionados a divergências de ordem metodológica e, sobretudo, ao cenário político hostil criado a partir das reações dos setores ligados aos interesses afetados pela auditoria.

Por sua vez, o “Encontro Latino Americano e Caribenho da Aliança de Povos Credores das Dívidas Históricas, Sociais e Ecológicas”, realizado na sequência da oficina, teve como objetivo a criação de uma unidade política entre os movimentos sociais, redes e organizações da região a partir do fortalecimento da noção de que nós, os povos do Sul, é que somos os verdadeiros credores da dívida se levarmos em consideração todo o saque, contaminação e destruição de nossos povos, territórios e culturas durante séculos de relação com o Norte.

Foram apresentados estudos sobre os impactos ambientais decorrentes da execução de grandes projetos, como a construção de hidroelétricas, e do

avanço de atividades econômicas predatórias, como a mineração e a extração de petróleo, ícones do projeto de (sub)desenvolvimento em curso na região na medida em que são orientados para o mercado externo e não para o desenvolvimento dos povos. O caso do petróleo é emblemático para o Equador: em nome da geração de divisas para o pagamento da dívida externa, o país sofre grande pressão para continuar a exploração do recurso, situação que se agrava diante dos níveis elevados do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Com efeito, a exploração realizada na Amazônia Equatoriana segue avançando, deixando um enorme passivo sócio-ambiental agravado pela inexistência de leis ambientais rígidas, o que permite que as multinacionais do petróleo façam no Equador o que não podem fazer nos seus países de origem.

A Ministra equatoriana de Relações Exteriores, Senhora Maria Fernanda Espinosa, fez uma fala no evento, na qual enfatizou a necessidade de se auditar também a dívida ecológica da qual o país é credor e reafirmou a disposição do governo do Equador de deter o aumento dessa dívida ao apresentar a proposta de conservação do Parque Yasuní, o que significa a conservação das reservas de petróleo que ali se encontram no subsolo. A

idéia consiste em estimular a sociedade equatoriana e a comunidade internacional a contribuir, através da compra de bônus, com o Estado equatoriano, que, em troca de pelo menos 50% do que arrecadaria com a extração do petróleo, o manteria no subsolo e protegeria o Parque Nacional Yasuní.

No final, havia entre a maioria dos participantes dos dois eventos o sentimento de que havia sido um privilégio discutir questões conceituais e práticas a respeito do tema da ilegitimidade da dívida em um país em que o governo dá sinais consistentes de que está enfrentando a questão. Todos os que fizeram parte dos trabalhos comprometeram-se a deixar Quito com a missão de levar aos seus países os informes sobre o caso equatoriano e a criar uma mobilização que obrigue aos outros governos da região a adotarem a mesma postura corajosa que o Equador, começando pela Semana Global de Ação contra a dívida, entre os dias 14 a 21 do próximo mês de Outubro.

*Gabriel Strautman é economista do PACS –
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*

Seminário Internacional: Auditoria da Dívida e a Criação do Banco do Sul

Dia 6 de julho de 2007, em Curitiba, a Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil promoveu Seminário Internacional com vistas a articular os países latino-americanos para a auditoria da dívida e para a constituição soberana de um Banco do Sul

Dia 6 de julho de 2007, durante a “Chamada Geral pela Integração Latino-americana”, em Curitiba (preparatória para o Fórum Social do Mercosul), foi realizado o Seminário Internacional “Auditoria da Dívida e a Criação do Banco do Sul”, com a presença de representantes do Brasil, Argentina, Equador e Venezuela. O evento foi organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil, a convite da Dra. Clair da Flora Martins, ex deputada federal e presidente da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida no Congresso Nacional, durante a legislatura 2002-2006, e uma das organizadoras da “Chamada Geral”.

O Seminário foi precedido por evento interno, quando os participantes buscaram traçar estratégias para a auditoria conjunta das dívidas dos países latino-americanos – partindo da experiência equatoriana de auditoria oficial – e para a criação de um Banco do Sul que se contraponha à lógica das atuais Instituições Financeiras Multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial.

Posteriormente, no evento externo, transmitido para dezenas de milhares de pessoas no Brasil e exterior pela TV Educativa do Paraná, se procurou dar ampla divulgação à experiência equatoriana de auditoria oficial, e à luta por um Banco do Sul que seja solidário e cujo compromisso principal seja o atendimento das necessidades dos povos, e não das empresas transnacionais. Resumiremos, a seguir, os principais pontos discutidos por cada um dos participantes.

Jorge Marchini, do Observatório Internacional da Dívida / Argentina, ressaltou que em seu país ocorre algo muito semelhante ao Brasil: o governo tem difundido que a dívida não é mais problema, uma vez que pagou antecipadamente o FMI. Ressaltou que, neste momento, os povos já rejeitam o FMI, e por isso é a hora de construir um Banco do Sul nos nossos moldes. Os primeiros projetos do Banco do Sul foram maus, porém, melhoraram nas

discussões posteriores. Ressaltou, por fim, o Observatório Internacional da Dívida (www.oid-ido.org) como uma iniciativa que pode abrigar diversos movimentos sociais.

Hugo Arias, da Jubileu Guayaquil – Equador, membro da Comissão de Auditoria Oficial do Equador, e da Comissão do Governo Equatoriano sobre o Banco do Sul, ressaltou que seu país foi saqueado historicamente pelos Organismos Internacionais, e que ano passado se constituiu uma Comissão de Investigação para se identificar toda a fraude do endividamento. Esta investigação abordou a alta unilateral dos juros pelos EUA no final dos anos 70, as renegociações da dívida, e os novos empréstimos, para se pagar as dívidas anteriores. Com a posse de Rafael Correa, em 2007, se deu uma afirmação de uma política soberana, de apoio aos pequenos agricultores, de investimento social e alteração nos rumos econômicos. Há uma orientação governamental de não se tomar empréstimos para financiar áreas sociais, como saúde e a educação, pois estas podem e devem ser financiadas com recursos do orçamento público.

Dentro deste contexto, a auditoria da dívida seria instituída pelo governo, com a determinação de não se pagar a dívida ilegítima. Hugo Arias revelou antecipadamente que o Decreto de Criação da Comissão de Auditoria estava prestes a ser assinado pelo presidente Rafael Correa, e que a auditoria se comporia de membros do governo e da sociedade civil nacional e internacional (ver artigo da página 5).

Sobre o Banco do Sul, disse que, inicialmente, havia uma orientação em se financiar grandes empresas, ou seja, se repetiria a lógica das atuais Instituições como FMI e Banco Mundial. Havia nos documentos iniciais a previsão de imunidade legal aos dirigentes do Banco, sem transparência sobre os documentos. O peso do voto de cada país seria de acordo com o número de cotas (ou seja, um dólar, um voto). Porém, após a reunião do governo Equatoriano com representantes da sociedade internacional,

como Eric Toussaint (CADTM/Bélgica), Oscar Ugarteche (Peru) e Jorge Marchini (Argentina), se alterou estes pontos. O que os movimentos sociais pleiteiam é a criação de um Banco com uma visão diferente, baseada em um novo modelo econômico e social. A idéia seria a criação de um Banco que provocasse uma nova arquitetura financeira e a alteração da orientação dos bancos nacionais. Os créditos deveriam ir para a segurança alimentar, energética, medicina alternativa, infra-estrutura para os povos, e não para as empresas.

Servando Alvarez (Universidade Simón Bolívar – Venezuela) fez um histórico das ilegitimidades da dívida venezuelana, iniciando pelas dívidas fictícias que eram criadas pelos próprios credores, por mensagens de telex cobrando do governo o pagamento. Durante os anos de 84 e 85, por exemplo, não se sabia qual era a dívida, e então se perguntou aos credores quanto o país devia. Assim como identificado no processo Olmos Alejandro (que constatou grandes ilegitimidades da dívida na Argentina), houve na Venezuela a assunção de dívidas privadas forçadas.

Sérgio Miranda (ex-deputado federal) ressaltou que estamos vivendo, hoje, um ataque especulativo, materializado na maciça entrada de dólares no país. Desta forma, os investidores estrangeiros ganham duplamente: pela valorização do Real e pelas taxas de juros mais altas do mundo. Destacou que o acúmulo de reservas cambiais não significa menos vulnerabilidade externa, uma vez que a qualquer momento os investidores podem decidir retirar seus dólares do país (ver artigo da pág 3).

O economista Nilson Araújo (Instituto do Trabalho Dante Pelacani) criticou os atuais arranjos de integração existentes, como o Mercosul, que se presta a integrar mercados, em favor das grandes transnacionais. Ressaltou que hoje vivemos um momento mais propício para efetivarmos uma integração mais voltada para os povos, devido à emergência de governos como os do Equador e Bolívia. O Banco do Sul então surgiria como uma esperança de que possamos fazer uma nova integração, baseada na autonomia de decisão dos países e voltado para a integração com os objetivos do Sul, e não do Norte.

Também participaram dos eventos Marcus Arruda (PACS/Jubileu Sul), Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida/Jubileu Sul) e Dra. Clair, que coordenou o evento externo.

Antes e após o evento externo, os palestrantes participaram de programas na rádio e TV Educativas do governo do Paraná, que possui uma audiência de dezenas de milhares de pessoas, no Brasil e no exterior. A Organização da “Chamada Geral” viabilizou a vinda dos três estrangeiros ao evento, arcando com os custos de passagem e hospedagem, dentre outros apoios.

Consideramos que o evento foi de fundamental importância para a articulação dos países da América Latina, contribuindo para recolocar o tema da dívida no cenário nacional. Três dias após o evento, o Governo Equatoriano, em 9 de julho de 2007, assinou o Decreto de criação da auditoria oficial da dívida equatoriana.

Seguridade Social: “Direitos sociais básicos antes da dívida”

Diante da pressão dos setores conservadores que querem uma importante redução dos gastos da Seguridade Social, o presidente Lula instala o Fórum Nacional da Previdência Social

Por Pe. Bernardo Lestienne

Diante da pressão dos setores conservadores que querem uma importante redução dos gastos da Seguridade Social, o presidente Lula instalou o Fórum da Previdência para preparar um conjunto de propostas que poderiam ser introduzidas num esboço de projeto de Reforma da Previdência. No sistema de proteção social, a Previdência tem um papel principal. O Fórum tripartite (governo, empregadores, sindicatos) não é representativo do conjunto da sociedade. Faltam representantes de setores importantes como o das mulheres, dos aposentados, e outros.

O Fórum está ameaçado de ficar nas mãos dos conservadores, que se beneficiam do apoio da mídia. É necessário que se abra um grande debate com ampla participação a partir do relatório que será entregue ao Presidente. Trata-se não só de defender os direitos sociais já conquistados na Constituição, senão de estendê-los a todos os cidadãos. O futuro da Previdência, bem como o da Saúde e o da Assistência, determina o futuro do desenvolvimento social do país.

A reforma em preparação é crucial. Diz respeito a mais de 100 milhões de brasileiros/as. Toda criança que nasce tem um direito fundamental: o direito à vida, o direito de viver. Os direitos sociais básicos são os indispensáveis para assegurar o futuro da vida e a sua dignidade. Entre os principais direitos sociais básicos se destacam a moradia, a alimentação, a segurança, a educação e o trabalho. É uma obrigação do Estado e de toda a sociedade – de todos nós também – de proteger a vida de todos os cidadãos.

No entanto, há deputados e senadores que acham que a proteção social é cara demais para o país. Invocam o “déficit” da Previdência Social, o risco de “explosão fiscal” (vai faltar dinheiro para o INSS e os impostos terão de aumentar). Em nome deles, a mídia diz que a Previdência é rombo, ralo e até roubo. Falar de “déficit” é falso. Muitos estudos mostram que se cada um (as empresas e o próprio Estado) pagasse o que

deve, não haveria aquele “buraco”, fruto de preconceitos ideológicos.

A Previdência é o melhor instrumento para lutar contra a pobreza. O sistema de Seguridade Social (Previdência, Sistema Único de Saúde e Assistência Social) inscrito na Constituição de 1988 representa um avanço para proteger os mais pobres e assegurar a todos – pelo menos na teoria – os direitos sociais básicos para viver. A Seguridade Social protege os cidadãos em situação de risco: enfermidade, acidentes de trabalho, idade, invalidez, viuvez, enfermidades, maternidade, reclusão. A Constituição de 1988, além desses princípios acrescenta outros: 1) a universalidade de cobertura e atendimento; 2) a uniformidade e valor igual dos benefícios rurais e urbanos; 3) a irredutibilidade no valor dos benefícios; 4) a diversidade das fontes de financiamento; 5) a equidade na forma de participação no custeio, e 6) o caráter democrático dos 3 subsistemas (Previdência, Saúde e Assistência), mediante participação social na gestão.

Tudo isso representa uma grande conquista que deve ser defendida. É a entrada na modernidade social. Querer reduzir a proteção mínima para todos é uma expressão de subdesenvolvimento moral, de egoísmo social, indigno de parte de um país que tem os recursos econômicos, técnicos e financeiros, para que cada cidadão possa viver dignamente. O neoliberalismo difunde o culto do indivíduo: a sociedade desaparece diante dos interesses de cada um. A Seguridade Social é a forma mais avançada de solidariedade social. Voltar atrás ou recusar a avançar (45% dos trabalhadores não tem acesso à Previdência) é entregar o país a uma maior desigualdade e à violência.

Existe uma motivação oculta no projeto de redução da Seguridade Social: é de usar os recursos disponíveis (por poucos que sejam), para pagar o “déficit do Estado”, a sua imensa e crescente dívida. A DRU (Desvinculação dos Recursos da União) tira 20% do orçamento

social. O superávit primário atingiu 5,9% do PIB no primeiro semestre para pagar a dívida sempre maior. São cortes imorais contra os direitos dos mais pobres. A campanha Jubileu escolheu um magnífico lema: “a vida antes da dívida”. Este pode ser completado com o seguinte: “os direitos sociais básicos para todos antes da dívida”.

Falar de reforma é indicar algo melhor. A gente não reforma a casa para reduzi-la ou diminuí-la, mas ao contrário: para ampliá-la e melhorá-la. A reforma que a Previdência merece não é o corte dos recursos, mas, ao contrário, uma maior universalização dos direitos. A Previdência Rural foi estendida a todas as famílias trabalhando no campo; essa extensão deveria atingir todas as categorias de trabalhadores na cidade, e toda a População em Idade Ativa (acima de 16 anos). Da mesma maneira que o Sistema Único de Saúde (SUS) é

um sistema universal de saúde ao qual todos os cidadãos têm direito de acesso, a Previdência deveria ser generalizada para todas as categorias de trabalhadores.

É certo que a ampliação dos direitos sociais provocou um sensível aumento nas despesas previdenciárias, mas a Previdência traz uma grande contribuição no sentido da igualdade e da justiça social. O país tem os recursos para que essa generalização aconteça daqui a 20 ou 30 anos. É preciso estabelecer metas e escolher os meios para alcançá-las. Imprimir uma política social básica para todos é um penhor para a paz.

Pe. Bernardo Lestienne é membro do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento) e da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Agroenergia: Mitos e Impactos

A produção extensiva de agrocombustíveis coloca em risco a própria soberania nacional, na medida em que grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas e terras no Brasil

Por Maria Luisa Mendonça e Marluce Melo

O Brasil é o quarto país do mundo que mais emite gás carbônico na atmosfera. Isso ocorre principalmente em consequência da destruição da floresta amazônica, que representa 80% das emissões de carbono no país. A expansão de monocultivos para a produção de agroenergia tende a aprofundar este problema, colocando uma pressão cada vez maior na fronteira agrícola da Amazônia e do cerrado.

A expansão da produção de agrocombustíveis no Brasil tem como objetivo central atender a demanda de outros países. Neste contexto, o papel dos países periféricos é fornecer energia barata para países ricos, o que representa uma nova fase da colonização. As atuais políticas para o setor são sustentadas nos mesmos elementos que marcaram a colonização: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder.

Uma mudança nos padrões de consumo, principalmente nos países do hemisfério norte, é imprescindível, pois nenhuma fonte alternativa de energia seria capaz de suprir a atual demanda. No entanto, a opção pela redução do consumo é praticamente excluída do debate oficial quando se trata de discutir meios de diminuir a poluição atmosférica. O primeiro passo nesse sentido deveria ser o investimento massivo em transporte público, além de políticas de racionalização, contenção de desperdício e economia de energia, e da implementação de uma diversidade de fontes alternativas e verdadeiramente renováveis.

O conceito de energia “limpa” e “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes. No caso do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, seu cultivo e processamento poluem o solo e as fontes de água potável, pois utilizam grande quantidade de produtos químicos. Cada litro de etanol produzido consome cerca de 12 litros de água.

No caso da produção de diesel a partir da soja, as estimativas mais otimistas indicam que o

saldo de energia renovável produzido para cada unidade de energia fóssil gasto no cultivo é de 0,4 unidades. Isso se deve ao alto consumo de petróleo utilizado em fertilizantes e em máquinas agrícolas. Além disso, a expansão da soja tem causado enorme devastação ambiental. Mesmo assim, a soja tem sido apresentada pelo governo como principal cultivo para diesel vegetal.

Empresas de organismos geneticamente modificados passaram a desenvolver tipos de culturas não comestíveis, somente para a produção de agroenergia. Como não há meios de evitar a contaminação dos transgênicos em lavouras nativas, essa prática coloca em risco a produção de alimentos e pode agravar o problema da fome no mundo. No Brasil, o grupo Votorantin tem desenvolvido tecnologia para a produção de cana transgênica para a produção de etanol, através de duas empresas, Alellyx e CanaVialis, que recentemente fizeram uma parceria com a Monsanto. Este acordo permitirá que a Alellyx e a CanaVialis tenham acesso a genes de soja e algodão transgênicos desenvolvidos pela Monsanto, para aplicar esta tecnologia nas pesquisas de cana-de-açúcar transgênica.

A expansão de monoculturas para a produção de agrocombustíveis deve ampliar a grilagem de terras, além de “legalizar” as grilagens já existentes. O ciclo da grilagem no Brasil costuma começar com o desmatamento, utilizando-se de trabalho escravo, depois vem a pecuária e a produção de soja. Atualmente, com a expansão da produção de etanol, este ciclo se completa com a monocultura da cana.

Tanto as terras devolutas como as terras improdutivas deveriam ser utilizadas na reforma agrária, para a produção de alimentos, para reflorestamento nas áreas degradadas pelo latifúndio e para atender a demanda histórica de cerca de cinco milhões de famílias sem terra.

Em muitas regiões do país, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada “economia da cana”, onde existem

somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Apesar da propaganda de "eficiência", a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. No estado de São Paulo, maior produtor do país, a meta de cada trabalhador é cortar entre 10 e 15 toneladas de cana por dia.

Esse padrão de exploração tem causado sérios problemas de saúde e até a morte dos trabalhadores. Estudos do Ministério do Trabalho estimam que 1.383 canavieiros morreram no estado de São Paulo entre 2002 e 2006. As causas destas mortes são assassinatos, acidentes no precário transporte para as usinas, em consequência de doenças como parada cardíaca, câncer, além de casos de trabalhadores carbonizados durante as queimadas.

Há várias décadas, nosso país se submete à sangria financeira causada pelo perverso mecanismo da dívida externa, que permite a

exportação de capital em detrimento da garantia de direitos básicos para a população. Atualmente, a produção extensiva de agrocombustíveis coloca em risco a própria soberania nacional, na medida em que grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas e terras no Brasil, entre elas Bunge, Noble Group, ADM e Dreyfus, além de mega-empresários como George Soros e Bill Gates.

Organizações sociais em todo o país ampliam as denúncias sobre os efeitos destrutivos do modelo agrícola baseado no monocultivo. A superação deste modelo passa pela realização de uma reforma agrária ampla, que elimine o latifúndio. É preciso garantir políticas de subsídios para a produção de alimentos provenientes da agricultura camponesa. Não podemos manter os tanques cheios às custas de barrigas vazias.

Maria Luisa Mendonça é coordenadora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Marluce Melo é coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – Nordeste.